REVISTA TÓPICOS
ISSN 2965-6672 | Qualis A2

SEGURANÇA PÚBLICA NAS VIAS FLUVIAIS DO PARÁ: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO DA CRIMINALIDADE NAS ROTAS FLUVIAIS

PUBLIC SECURITY ON THE WATERWAYS OF PARÁ: CHALLENGES AND STRATEGIES FOR CRIME PREVENTION ON RIVER ROUTES

Ciências Exatas e da Terra, Engenharias, Ciências Sociais Aplicadas •

11/11/2026

REGISTRO DOI: 10.70773/revistatopicos/794283874

Kleber Damasceno Santana[1]

Elisandra dos Santos Rodrigues Santana[2]

Elizabete Brito Araujo[3]

Kleyson Damaceno Santana[4]

RESUMO

Os rios do Estado do Pará apresentam características geográficas e hidrográficas que impõem desafios específicos ao planejamento da segurança pública e à prevenção da criminalidade nas vias fluviais. Nesse contexto, o estudo tem como objetivo analisar os desafios territoriais e operacionais e discutir estratégias para o aprimoramento do policiamento ostensivo fluvial no âmbito da Polícia Militar do Pará (PMPA). A pesquisa parte do seguinte problema: como as particularidades geográficas e logísticas dos rios paraenses influenciam o planejamento das ações preventivas? Trata-se de pesquisa aplicada, de abordagem qualitativa, com objetivos exploratórios e descritivos, desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica e documental. Os resultados apontam a necessidade de planejamento territorial, emprego racional dos recursos, qualificação da comunicação operacional, compartilhamento responsável de informações e articulação interinstitucional. Portanto, o fortalecimento da prevenção da criminalidade nas vias fluviais depende de estratégias compatíveis com as características regionais, as competências legais e as diretrizes institucionais da PMPA.

Palavras-chave: Segurança pública; vias fluviais; prevenção da criminalidade; rotas fluviais.

ABSTRACT

The rivers in the State of Pará present geographical and hydrographic characteristics that impose specific challenges for public security planning and crime prevention along waterways. In this context, this study aims to analyze the territorial and operational challenges and discuss strategies for enhancing overt riverine policing within the Military Police of Pará (PMPA). The research addresses the following problem: how do the geographical and

logistical particularities of the rivers in Pará influence the planning of preventive actions? This is an applied, qualitative study with exploratory and descriptive objectives, conducted through bibliographic and documentary research. The results highlight the need for territorial planning, the rational use of resources, improved operational communication, responsible information sharing, and interinstitutional coordination. Therefore, strengthening crime prevention along waterways depends on strategies that are compatible with regional characteristics, legal mandates, and the institutional guidelines of the PMPA.
Keywords: Public security; waterways; crime prevention; river routes.

1. INTRODUÇÃO

A organização da segurança pública nos rios do Estado do Pará, deve considerar as particularidades territoriais que diferenciam os rios das áreas urbanas e rodoviárias. De acordo com Viana *et al.* (2026), a segurança pública no Pará apresenta particularidades relacionadas à extensão territorial, à ampla rede hidrográfica e à presença de comunidades ribeirinhas e áreas insulares. Diante disso, o planejamento da segurança pública nos rios deve considerar as condições de deslocamento, as distâncias, a comunicação e os recursos operacionais em cada região paraense.

A Constituição Federal estabelece que a segurança pública é dever do Estado e tem por finalidade a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio (BRASIL, 1988). A Lei nº 13.675/2018, por sua vez, institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp) e prevê atuação conjunta, coordenada e integrada dos órgãos de segurança pública e defesa social, respeitadas suas

atribuições legais (BRASIL, 2018). Esses fundamentos orientam a reflexão sobre o planejamento preventivo em vias fluviais.

No âmbito estadual, a Polícia Militar do Pará dispõe do Manual de Policiamento Ostensivo Geral, aprovado pela Resolução nº 376/2024, que consolida conceitos e normas para orientar os procedimentos operacionais da instituição (PARÁ, 2024). A discussão sobre a prevenção da criminalidade em rotas fluviais deve, portanto, ser conectada às diretrizes institucionais, sem atribuir à PMPA competências que pertençam a outros órgãos.

As questões norteadoras deste estudo são: a) Como a atuação integrada entre os órgãos responsáveis pode contribuir para a prevenção da criminalidade nas vias fluviais da Amazônia paraense; b) De que maneira as condições geográficas, a comunicação, os deslocamentos e os recursos disponíveis influenciam o planejamento das ações de segurança pública; c) Quais são os principais desafios territoriais e operacionais que interferem no policiamento ostensivo; e d) Quais estratégias preventivas podem auxiliar a Polícia Militar do Pará no aprimoramento do planejamento operacional e da atuação nas áreas fluviais.

Diante desse contexto, formula-se o seguinte problema de pesquisa: como os desafios territoriais e operacionais das vias fluviais da Amazônia paraense devem ser considerados no planejamento de estratégias de prevenção da criminalidade e na atuação da Polícia Militar do Pará? O objetivo geral é analisar esses desafios e discutir estratégias preventivas aplicáveis ao contexto fluvial. Como objetivos específicos, busca-se: a) Identificar desafios territoriais e operacionais apontados pela literatura e por documentos institucionais; b) Examinar estratégias preventivas compatíveis com o policiamento

ostensivo; e c) Apresentar recomendações para o planejamento operacional e a articulação institucional.

A relevância do estudo é científica, social e institucional. Científica, por organizar uma discussão sobre a relação entre território e prevenção criminal; social, por considerar a segurança das pessoas que utilizam os rios em suas atividades cotidianas; e institucional, por sistematizar possibilidades de planejamento que podem ser examinadas pela PMPA. A pesquisa não pretende medir índices criminais nem avaliar operações específicas, pois seu desenho é bibliográfico e documental.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. Segurança Pública e Particularidades Territoriais do Estado Ao Pará

De acordo com Soares *et al.* (2026), a segurança pública na Amazônia brasileira apresenta características singulares, relacionadas à vasta extensão territorial, à baixa densidade populacional e à complexidade da rede hidrográfica da região. A Constituição Federal define os órgãos que integram esse campo e estabelece, no art. 144, a missão constitucional das polícias militares relacionada à polícia ostensiva e à preservação da ordem pública (BRASIL, 1988). Logo, essa previsão fornece o marco jurídico para a discussão da atuação policial, sem afastar a necessidade de cooperação com outras instituições.

Conforme apontam Nobre *et al.* (2026), a formulação de políticas públicas de segurança na Amazônia exige a consideração das especificidades geográficas e logísticas da região. Diante do exposto, nas áreas de circulação fluvial, o planejamento precisa levar em

conta a configuração das rotas, a distância entre localidades, as condições de navegação, a disponibilidade de embarcações e a comunicação entre equipes. Para Souza *et al.* (2026), a atividade de polícia ostensiva no território brasileiro pressupõe, em sua concepção clássica, a presença regular e visível da força policial como mecanismo de prevenção e repressão qualificada da criminalidade. Desse modo, esses fatores devem orientar o planejamento, considerando documentos e dados territoriais que evidenciem as particularidades de cada região.

Nessa perspectiva, Lopes *et al.* (2026), apontam que a análise espacial da criminalidade permite identificar áreas críticas e direcionar ações policiais preventivas e estratégicas. Diante do contexto exposto, as ações de policiamento ostensivo fluvial da Polícia Militar são direcionadas conforme os locais de maior incidência de ocorrências, tendo como pontos estratégicos as Bases Integradas Fluviais de Antônio Lemos, Candiru e Tocantins. As três Bases Integradas Fluviais da Segup são unidades da segurança pública que atuam na fiscalização e no monitoramento do tráfego nos rios do Pará (PARÁ, 2026).

Portanto, as características territoriais também devem ser consideradas no planejamento das ações de segurança pública, que não devem se limitar apenas à contagem de ocorrências. Nesse sentido, informações sobre horários, localização, acessibilidade, sazonalidade e demanda por atendimento são importantes para estabelecer prioridades e orientar o emprego do efetivo policial. Além disso, a análise desses dados deve ser realizada com critérios técnicos, evitando conclusões que não estejam devidamente fundamentadas. Assim, possíveis concentrações de crimes e a

eficácia das medidas adotadas devem ser tratadas como aspectos a serem investigados, e não como fatos previamente comprovados.

2.2. Policiamento Ostensivo e Prevenção da Criminalidade nas Vias Fluviais

O policiamento ostensivo constitui uma dimensão da atuação da Polícia Militar e deve observar as normas institucionais e os limites legais. No Pará, a Resolução nº 376/2024 aprovou o Manual de Policiamento Ostensivo Geral, estabelecendo que os procedimentos operacionais da instituição sigam os padrões nele previstos (PARÁ, 2024). Assim, propostas de atuação em ambiente fluvial devem ser compatíveis com as diretrizes institucionais e com a capacitação dos profissionais envolvidos.

Conforme a diretriz da Polícia Militar do Pará (PMPA, 2024), o policiamento ostensivo deve considerar as características do território, as vias de acesso, as áreas de risco e as particularidades de cada localidade, de modo a orientar o planejamento e o emprego do efetivo policial. Nesse contexto, o policiamento preventivo nas vias fluviais do Pará deve levar em conta as dificuldades de deslocamento, o acesso às comunidades ribeirinhas e as condições de comunicação, além de observar os procedimentos da instituição e o preparo dos policiais para atuar nessas localidades.

Sob essa ótica, Pytlowanciv (2025) destaca que o uso da inteligência e de informações confiáveis contribui para orientar o planejamento das ações policiais e tornar o emprego dos recursos mais eficiente. No dizer de Silva *et al.* (2026) ressaltam a importância do patrulhamento fluvial e do monitoramento das rotas hidroviárias no enfrentamento da criminalidade no Pará, considerando as

dificuldades territoriais e a necessidade de ampliar a presença das forças de segurança nesses espaços.

A atuação integrada é também prevista pela Lei nº 13.675/2018, que instituiu o Susp e estabelece a cooperação sistêmica entre os órgãos de segurança pública e defesa social (BRASIL, 2018). Na prática, a integração exige responsabilidades definidas, comunicação eficiente e respeito às competências legais, garantindo a cooperação entre os órgãos sem sobreposição de atribuições. Segundo Costa *et al.* (2026), a segurança pública no contexto amazônico apresenta desafios relacionados às particularidades geográficas, sociais e culturais da região, que influenciam diretamente as ações de preservação da ordem pública e proteção do meio ambiente.

2.3. Estratégias de Prevenção e Fortalecimento da Segurança Pública Fluvial

A primeira estratégia consiste em orientar o planejamento por informações confiáveis. Registros de ocorrências, solicitações de atendimento, dados de deslocamento e relatórios operacionais, quando disponíveis e legalmente acessíveis, podem subsidiar a identificação de necessidades e a distribuição de recursos. Nessa perspectiva, Moraes (2025) ressalta que a integração entre planejamento estratégico e inteligência operacional contribui para otimizar os recursos e melhorar a tomada de decisões nas ações de segurança pública.

Outra estratégia importante é aprimorar a comunicação operacional. A utilização de canais adequados para transmitir informações, solicitar apoio e registrar atendimentos pode facilitar a coordenação das equipes. A esse respeito, Boni (2026) destaca que a

adoção de tecnologias na atividade policial precisa estar acompanhada de capacitação profissional, suporte técnico e protocolos definidos, para que contribua efetivamente para a eficiência operacional.

No que se refere à integração entre instituições, a cooperação interinstitucional representa uma estratégia importante para fortalecer a segurança pública. A Lei nº 13.675/2018 fornece base normativa para atuação coordenada e compartilhamento de informações entre integrantes do Susp, dentro dos limites legais (BRASIL, 2018). No contexto fluvial, o diálogo institucional pode favorecer o encaminhamento adequado de ocorrências e a organização de ações conjuntas quando pertinentes. A participação de cada órgão deve ser definida de acordo com sua competência.

Por fim, a avaliação das ações preventivas deve considerar indicadores simples e verificáveis, como o tempo de resposta, a cobertura do patrulhamento, a disponibilidade dos meios operacionais e a regularidade dos registros. Afirma Santana (2025) que a importância dos indicadores de desempenho para avaliar a atuação das forças policiais, apontando a necessidade de critérios adequados e de dados consistentes. Dessa forma, esses indicadores devem ser analisados em conjunto e ao longo do tempo, não sendo suficientes, isoladamente, para comprovar a redução da criminalidade.

3. METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como aplicada, de abordagem qualitativa, com objetivos exploratórios e descritivos, desenvolvida mediante pesquisa bibliográfica e documental. Essa escolha metodológica

decorre da finalidade de compreender os desafios territoriais e operacionais relacionados à segurança pública nas vias fluviais do Estado do Pará é discutir estratégias preventivas compatíveis com a missão constitucional da Polícia Militar do Pará (PMPA). Conforme Gil (2022), a pesquisa exploratória favorece a aproximação com o problema, enquanto a pesquisa descritiva permite apresentar e examinar as características do fenômeno investigado.

A etapa bibliográfica foi desenvolvida a partir de consultas à Scientific Electronic Library Online (SciELO), ao Google Acadêmico, a periódicos científicos e a repositórios acadêmicos, utilizando termos relacionados à segurança pública, policiamento ostensivo, policiamento fluvial, prevenção da criminalidade, inteligência policial e comunidades ribeirinhas da Amazônia. Foram priorizadas publicações do período de 2020 a 2026, sem excluir obras anteriores relevantes à compreensão dos conceitos e dos fundamentos jurídicos. De acordo com Marconi e Lakatos (2021), a pesquisa bibliográfica permite reunir e examinar conhecimentos já publicados, oferecendo suporte teórico à análise do objeto de estudo.

A pesquisa documental concentrou-se no exame de normas jurídicas e documentos institucionais diretamente relacionados ao tema: a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, especialmente o art. 144; a Lei nº 13.675/2018, que instituiu o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP); o Manual de Policiamento Ostensivo Geral da PMPA, aprovado o aditamento ao boletim geral n.º 220 II 27 de novembro de 2024, A inclusão desta última norma orientou a adequação técnico-científica do artigo aos critérios institucionais de avaliação de trabalhos científicos. Segundo Yonaha (2024), a pesquisa documental possibilita examinar documentos

como fontes de informação para compreender aspectos do fenômeno investigado.

O procedimento de análise foi organizado em etapas de identificação, leitura e interpretação das fontes selecionadas. Inicialmente, foram delimitados os documentos normativos e as publicações acadêmicas pertinentes ao problema e aos objetivos da pesquisa. Conforme Minayo, Deslandes e Gomes (2024), a análise e a interpretação dos dados qualitativos exigem uma leitura contextualizada das informações, permitindo compreender os significados e as relações presentes no material investigado. Por fim, realizou-se a interpretação qualitativa desses eixos, relacionando as contribuições dos autores às disposições normativas e às atribuições constitucionais da Polícia Militar do Pará (PMPA).

Portanto, o estudo fundamentou-se na análise bibliográfica e documental, considerando as contribuições dos autores selecionados e os documentos normativos relacionados ao policiamento fluvial. A partir dessa análise, foram identificadas estratégias e diretrizes voltadas ao fortalecimento do policiamento ostensivo e preventivo nas vias fluviais, apresentadas como proposições fundamentadas no referencial teórico e documental, sem pretensão de comprovar sua eficácia operacional.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No contexto da segurança pública nas vias fluviais da Amazônia paraense, observa-se que o planejamento operacional deve considerar a extensão territorial, a configuração da rede hidrográfica, as distâncias entre localidades e as condições de deslocamento e comunicação. Diante disso, esses elementos interferem na

organização do policiamento ostensivo e na capacidade de atendimento, razão pela qual o planejamento não pode reproduzir automaticamente modelos concebidos para áreas urbanas ou rodoviárias. Essa constatação converge com Soares *et al*. (2026), ao destacarem os desafios operacionais próprios das áreas ribeirinhas, e com Nobre *et al*. (2026), que ressaltam a necessidade de considerar as especificidades geográficas e logísticas na formulação de estratégias de segurança pública na Amazônia.

No plano institucional, a análise da Constituição Federal de 1988 e do Manual de Policiamento Ostensivo Geral da PMPA, aprovado pela Resolução nº 376/2024, demonstra que as ações preventivas devem observar a missão constitucional da Polícia Militar, especialmente o exercício da polícia ostensiva e a preservação da ordem pública, sem desconsiderar os limites legais e as atribuições dos demais órgãos. Essa orientação encontra correspondência na abordagem de Souza *et al.* (2026), que discutem os desafios logísticos, operacionais e de integração comunitária do policiamento ostensivo em municípios ribeirinhos. Por outro lado, a existência de dificuldades territoriais não afasta a necessidade de padronização institucional: exige que os procedimentos previstos pela Corporação sejam planejados e executados considerando as condições concretas de cada área.

Outro resultado da análise é a relevância do conhecimento territorial para orientar a distribuição do efetivo e dos meios disponíveis. O planejamento preventivo deve considerar características das rotas, pontos de circulação, acessibilidade das comunidades, condições de navegação e particularidades locais, sempre com base em informações verificáveis. Essa compreensão converge com Lopes *et al.* (2026), que apontam a contribuição da análise espacial para identificar áreas que demandam atenção e orientar estratégias de

segurança pública. Entretanto, a análise documental também permite destacar que a identificação de áreas prioritárias não deve ser confundida com a afirmação de que determinado local apresenta maior incidência criminal, quando não há dados comparáveis e suficientes para sustentar essa conclusão.

A literatura examinada também indica que o emprego de informações qualificadas pode contribuir para decisões policiais mais fundamentadas. Registros institucionais, relatórios de serviço, informações territoriais e comunicações operacionais, quando disponíveis, atualizados e acessados de forma legítima, podem subsidiar o diagnóstico das necessidades e a definição de prioridades. Nesse aspecto, há convergência entre Pytlowanciv (2025), ao discutir a contribuição da inteligência orientada para o policiamento, e Moraes (2025), que relaciona planejamento estratégico e inteligência operacional à eficiência policial. A análise, contudo, não permite afirmar que a adoção isolada de ferramentas de inteligência produza redução da criminalidade; sua contribuição depende da qualidade das informações, da capacidade de análise e da utilização responsável dos resultados no processo decisório.

A comunicação operacional constitui outro aspecto relevante para o policiamento em ambientes fluviais, especialmente diante das distâncias e das possíveis limitações de infraestrutura. Procedimentos claros para transmitir informações, solicitar apoio, registrar atendimentos e manter o fluxo de comunicação entre equipes podem favorecer a coordenação do serviço. Essa interpretação aproxima-se de Boni (2026), que ressalta que a incorporação de tecnologias à atividade policial precisa estar acompanhada de capacitação profissional, suporte técnico e protocolos definidos. Desse modo, a tecnologia não deve ser

considerada solução autossuficiente: sem manutenção, treinamento e adequação às condições locais, sua contribuição operacional pode ser limitada.

Quanto à atuação integrada, a Lei nº 13.675/2018 estabelece fundamentos para a cooperação entre os órgãos integrantes do Susp, respeitadas as competências legais de cada instituição. No contexto das vias fluviais, a articulação pode favorecer o compartilhamento responsável de informações, o encaminhamento adequado de ocorrências e a realização de ações conjuntas quando necessárias. Essa perspectiva converge com Costa *et al.* (2026), que abordam a relação entre segurança pública, atuação ostensiva e proteção de direitos, e com Nobre et al. (2026), cuja análise da Base Integrada Fluvial Candiru destaca a dimensão territorial do planejamento. A integração, entretanto, não significa sobreposição de atribuições; pressupõe definição de responsabilidades, canais de comunicação e observância dos marcos legais.

A discussão dos estudos sobre policiamento fluvial também reforça a importância de considerar as características das rotas hidroviárias e a necessidade de presença institucional planejada. Silva *et al.* (2026) abordam o policiamento fluvial e as rotas hidroviárias estratégicas no enfrentamento de ilícitos na Amazônia paraense, enquanto Soares *et al.* (2026) chamam atenção para os desafios do policiamento em comunidades ribeirinhas. Em conjunto, essas contribuições sustentam a pertinência de estratégias que associem conhecimento territorial, patrulhamento ostensivo, comunicação e articulação institucional. Não permitem, contudo, concluir que uma modalidade específica de patrulhamento seja eficaz em todas as localidades, pois a adequação depende das condições geográficas, logísticas e operacionais de cada contexto.

Por fim, a análise aponta que o planejamento preventivo deve incorporar mecanismos de acompanhamento e revisão. Entre os aspectos que podem ser observados pelas unidades competentes estão a regularidade dos registros, a disponibilidade dos meios operacionais, a cobertura das ações planejadas, as condições de comunicação e o tempo de resposta, quando houver registro confiável. Essa proposição dialoga com Moraes (2025), ao relacionar planejamento e inteligência à tomada de decisão, e com Lopes *et al.* (2026), quanto à utilização de informações para orientar prioridades territoriais. Tais indicadores devem ser interpretados em conjunto e ao longo do tempo, pois a quantidade de patrulhamentos ou atendimentos, isoladamente, não comprova redução da criminalidade nem demonstra, por si só, a efetividade de uma estratégia.

A síntese dos resultados permite propor cinco eixos de aprimoramento para o planejamento da PMPA nas vias fluviais: diagnóstico territorial das áreas atendidas; emprego racional de efetivo e meios; qualificação e circulação responsável de informações; comunicação e capacitação das equipes; e articulação institucional com avaliação periódica. Esses eixos mantêm relação com a missão institucional da Polícia Militar e com as diretrizes do Manual de Policiamento Ostensivo Geral (PARÁ, 2024), além de dialogarem com os estudos de Nobre et al. (2026), Souza et al. (2026), Pytlowanciv (2025) e Boni (2026). Trata-se de uma sistematização propositiva derivada das fontes examinadas, cuja aplicação deverá ser apreciada pelas instâncias competentes, considerando os recursos, as prioridades e os procedimentos institucionais vigentes.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo analisar os desafios territoriais e operacionais relacionados à segurança pública nas vias fluviais da Amazônia paraense e discutir estratégias de prevenção da criminalidade pertinentes à atuação institucional da Polícia Militar do Pará (PMPA). Para isso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental, de abordagem qualitativa. Em resposta ao problema de pesquisa, verificou-se que os desafios do policiamento fluvial podem ser enfrentados por meio de um planejamento que considere as características geográficas da região, as condições operacionais e a integração entre os órgãos de segurança pública.

Entre os principais resultados, identificou-se que a extensão territorial, as distâncias entre as localidades, as condições de deslocamento e as dificuldades de comunicação influenciam diretamente a organização do policiamento ostensivo nas áreas fluviais. Nesse sentido, o planejamento das ações preventivas precisa considerar as particularidades de cada região, evitando a aplicação de modelos que não correspondam à realidade das comunidades e dos territórios atendidos.

Outro resultado importante foi a identificação de estratégias que podem contribuir para o fortalecimento da atuação policial, como o conhecimento das rotas fluviais, a definição de prioridades com base em informações confiáveis, a adequação dos meios de deslocamento, a manutenção dos equipamentos, a capacitação das equipes e a comunicação operacional. Essas medidas devem estar alinhadas à Constituição Federal, à Lei nº 13.675/2018 e às diretrizes institucionais da PMPA, especialmente ao Manual de Policiamento Ostensivo Geral, aprovado pela Resolução nº 376/2024. Ressalta-se que, por se tratar de uma pesquisa bibliográfica e documental, não

foram avaliados resultados de operações específicas nem comprovada a eficácia operacional das estratégias discutidas.

Diante dos aspectos analisados, compreende-se que o policiamento nas vias fluviais da Amazônia paraense exige uma atuação planejada e compatível com as condições territoriais e logísticas da região. A prevenção da criminalidade não depende apenas da presença policial, mas também da organização dos recursos disponíveis, da preparação dos profissionais e da articulação institucional. Dessa forma, o estudo contribui ao reunir elementos que podem auxiliar a PMPA na reflexão e no aperfeiçoamento do planejamento das ações de segurança pública nas áreas fluviais.

Como sugestão para estudos futuros, recomenda-se a realização de pesquisas de campo nas unidades responsáveis pelo policiamento fluvial, com o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre os desafios enfrentados pelas equipes e as condições de atuação nas diferentes localidades da Amazônia paraense. Esses estudos poderão incluir entrevistas com profissionais da segurança pública, análise de registros institucionais e avaliação de indicadores operacionais, permitindo compreender melhor as necessidades existentes e identificar estratégias que possam contribuir para o aperfeiçoamento do planejamento e da prevenção da criminalidade nas vias fluviais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BONI, Jean Carlos. Inovação tecnológica e liderança policial militar: desafios da modernização da PMAM, resistência à mudança e perspectivas para a eficiência operacional e a segurança jurídica. **Revista FT,** v. 30, n. 163, p. 1-24, 2026. DOI:

https://doi.org/10.69849/gnz6b335. Disponível em: https://www.revistaft.com/ft/article/view/2771. Acesso em: 31 out. 2026.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 29 out. 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018. Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública; cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social; institui o Sistema Único de Segurança Pública.** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 12 jun. 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13675.htm. Acesso em: 29 out. 2026.

COSTA, Jéssica Marjorie Lima; AGUIAR, Denison Melo de; LOPES, Flávio Humberto Pascarelli; CAMPOS, Bruno Patrício de Azevedo; GOMES, Ketly de Araújo Silva; CAVALCANTE, Gláucia Danielle Carneiro Gonçalves. Segurança pública como direito fundamental: a atuação da Polícia Militar do Amazonas no policiamento ostensivo e preventivo à luz da Constituição Federal de 1988. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação,** v. 12, n. 3, p. 1-20, 2026. DOI: https://doi.org/10.51891/rease.v12i3.24517. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/pt_BR/article/view/24517. Acesso em: 31 out. 2026.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

LOPES, Jaílson Otávio Ribeiro; UCHÔA, Gilson Pinto; IMBIRIBA, Anderson Pereira; CARDOSO, Rarisson Ozéias Pontes. Mapeamento da criminalidade no Estado do Pará: análise e estratégias de segurança pública. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação,** v. 12, n. 6, p. 1-10, 2026. DOI: https://doi.org/10.51891/rease.v12i6.27523. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/pt_BR/article/view/27523. Acesso em: 31 out. 2026.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados.** 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 2024.

MORAES, Cleverson Biagini. Planejamento estratégico e inteligência operacional: sinergias para a eficiência policial. RECIMA21 – **Revista Científica Multidisciplinar,** v. 6, n. 6, 2025. Disponível em: https://recima21.com.br/recima21/article/view/6536. Acesso em: 31 out. 2026.

NOBRE, Alex Rafael de Araújo, SENA, Diego Geandre Ferreira de; SANTOS, Emerson Roberto Silva dos; SILVA, Weverton Freitas. 2026. "A Base Integrada Fluvial Candiru Como Instrumento de Planejamento Territorial na Segurança Pública do Pará". **Revista Ibero-Americana de Humanidades**, Ciências e Educação 12 (6): 1-20. Disponível em:

https://periodicorease.pro.br/rease/pt_BR/article/view/26940. Acesso dia: 31 out. 26.

PARÁ. Governo do Estado do Pará. **Bases fluviais já apreenderam 7,8 toneladas de drogas nos rios do Pará.** Agência Pará, Belém, 20 out. 2026. Disponível em: https://agenciapara.com.br/noticia/80123/bases-fluviais-ja-apreenderam-78-toneladas-de-drogas-nos-rios-do-para. Acesso em: 31 out. 2026.

PARÁ. Polícia Militar do Pará. **Resolução nº 376, de 2024. Aprova o Manual de Policiamento Ostensivo Geral da Polícia Militar do Pará. Aditamento ao Boletim Geral, Belém, PA, n. 220 II, 27 nov. 2024.** Disponível em: https://www.pm.pa.gov.br/phocadownload/userupload/userupload/sales.44248/ADIT.%20BG%20N%20220%20II%20de%2027%20NOV%2024%20%20MANUAL%20DE%20POLICIAMENTO%20OSTENSIVO%20GERAL%20POG.pdf. Acesso em: 31 out. 2026.

PARÁ. Polícia Militar do Pará. Resolução nº 376/2024–GAB CMDO/PMPA, de 25 de novembro de 2024. **Aprova o Manual de Policiamento Ostensivo Geral (POG),** Volume I, e dá outras providências. Aditamento ao Boletim Geral nº 220 II, Icoaraci, 27 nov. 2024. Disponível em: https://www.pm.pa.gov.br/phocadownload/userupload/userupload/sales.44248/ADIT.%20BG%20N%20220%20II%20de%2027%20NOV%2024%20%20MANUAL%20DE%20POLICIAMENTO%20OSTENSIVO%20GERAL%20POG.pdf. Acesso em: 29 out. 2026.

PYTLOWANCIV, Diogo Fernando Sampaio. Intelligence-Led Policing e sua Possibilidade de Implementação no Brasil. **Revista Brasileira**

de Ciências Policiais, Brasília, Brasil, v. 15, n. 1, p. 103–123, 2025. DOI: 10.31412/wffnxs74. Disponível em: https://periodicos.pf.gov.br/index.php/RBCP/article/view/1119. Acesso em: 31 out. 2026.

SANTANA, Douglas Freire. **Diagnóstico Organizacional da Avaliação de Desempenho das Polícias Preventivas Brasileiras no Controle de Indicadores Criminais.** Dissertação (Mestrado Engenharia de Produção) - Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Federal de Goiás, Aparecida de Goiânia, 2025. Disponível em: https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/15029. Acesso em: 02 nov. 2026.

SILVA, Daniel Augusto da Silva e; QUARESMA, Girlândia Guilherme dos Santos; SOUSA, Marcelo Sobral; VAREJÃO, Rogério Pina. O policiamento fluvial e as rotas hidroviárias estratégicas no combate ao tráfico de drogas na Amazônia paraense. **Revista ft,** *[S. l.]*, v. 30, n. 162, p. 01–07, 2026. Disponível em: https://www.revistaft.com/ft/article/view/2381. Acesso em: 31 out. 2026.

SOARES, Juliano Tavares; SANTOS, Fredson Souza dos; ROCHA, Jó Oliveira; SANTOS, Francisco Alan Silva dos. Policiamento comunitário em áreas ribeirinhas da Amazônia paraense: desafios operacionais e estratégias institucionais da polícia militar do Pará. **Revista ft,** *[S. l.]*, v. 30, n. 157, p. 01–12, 2026. DOI: 10.69849/gft37946. Disponível em: https://www.revistaft.com/ft/article/view/525. Acesso em: 31 out. 2026.

SOUZA, José Genilson Lima de; SANCHES, Odilon da Silva; FILHO, José de Lima Silva; BAIA, Hugo Alexandre Borges. Policiamento Ostensivo em Municípios Ribeirinhos do Baixo Amazonas: Desafios

Logísticos, Operacionais e de Integração Comunitária no 18° Bpm de Monte Alegre. **Revista Tópicos,** Rio de Janeiro, v. 4, n. 37, p. 1-18, 2026. ISSN: 2965-6672. Disponível em: https://revistatopicos.com.br/artigos/policiamento-ostensivo-em-municipios-ribeirinhos-do-baixo-amazonas-desafios-logisticos-operacionais-e-de-integracao-comunitaria-no-18-bpm-de-monte-alegre. Acesso dia: 31 out. 26.

VIANA, Cristiani de Castro; SILVA, Atila Sousa da; ARAUJO, Elizabete Brito; JUNIOR MENEZES, Francisco Ribeiro de; PEDROSO, Fernanda Rafaela Batista; DIAS, Mariel dos Santos; CHAGAS, Samir Ribeiro Chagas da; ALENCAR, Wilson Luna Machado; MARINHEIRO, Marcos Antônio Holanda. Propriedade Intelectual e Inovação Tecnológica na Segurança Pública Fluvial do Pará: Desenvolvimento de Soluções Digitais e Geotecnologias Para Ampliar o Atendimento às Regiões Insulares. **Revista Tópicos,** v. 4, n. 37, p. 1-24, 2026. Disponível em: https://revistatopicos.com.br/artigos/propriedade-intelectual-e-inovacao-tecnologica-na-seguranca-publica-fluvial-do-para-desenvolvimento-de-solucoes-digitais-e-geotecnologias-para-ampliar-o-atendimento-as-regioes-insulares. Acesso dia: 31 out. 26.

YONAHA, Tábata Quintana. **A pesquisa documental como ferramenta metodológica na linguística aplicada. DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada,** v. 40, n. 1, 2024. DOI: 10.1590/1678-460X202440163694. Disponível em: https://www.scielo.br/j/delta/a/TBrC4jVzFKm6NYfjHZtR79M/?lang=pt&utm_source=. Acesso em: 29 out. 2026.

---

[1] Graduação: Direito Bacharelado. Pós-graduação: Direito Militar. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail

[2] Graduação: Tecnóloga em Radiologia. Pós-graduação: Latu Senso em Geriatria e Gerontologia. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail

[3] Graduação em Terapia Ocupacional. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail

[4] Bacharel em Direito. Pos graduado em Direito Constitucional. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail